



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

# revista fsa

[www4.unifsanet.com.br/revista](http://www4.unifsanet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 8, art. 5, p. 82-95, ago. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.8.5>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



## **A Justiça Distributiva como Fundamento Normativo da Seguridade Social Brasileira: Constituição de 1988, Paradigmas de Equidade e Desafios de Efetividade**

### **Distributive Justice as the Normative Foundation of Brazilian Social Security: The 1988 Constitution, Paradigms of Equity, and Challenges to Effectiveness**

**Ana Clara Carvalho dos Santos**

Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Piauí

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí

E-mail: [claraacarvalho.ana@gmail.com](mailto:claraacarvalho.ana@gmail.com)

**Raul Lopes de Araújo Neto**

Pós-Doutor pela UnB

Doutor pela PUC-SP

Professor da graduação e PPGD-UFPI

E-mail: [raullopes@ufpi.edu.br](mailto:raullopes@ufpi.edu.br)

**Endereço: Ana Clara Carvalho dos Santos**  
Universidade Federal do Piauí, Campus Universitário  
Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-  
550. Brasil.

**Endereço: Raul Lopes de Araújo Neto**  
Universidade Federal do Piauí, Campus Universitário  
Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-  
550. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar  
Rodrigues**

Artigo recebido em 19/07/2025. Última versão  
recebida em 04/08/2025. Aprovado em 05/08/2025.

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**



## RESUMO

Este artigo investiga em que medida a justiça distributiva constitui um princípio normativo vinculante na estrutura da seguridade social brasileira, à luz da Constituição de 1988. A pesquisa parte da premissa de que os direitos sociais não são meras promessas programáticas, mas obrigações jurídicas estruturadas em torno de valores, como igualdade material, solidariedade e dignidade da pessoa humana. Com base em uma abordagem teórico-dogmática e hermenêutica, o estudo articula fundamentos filosóficos (Fleischacker), constitucionais (Hesse) e dogmáticos (Balera), além de dados empíricos e análises críticas das políticas sociais contemporâneas (Medeiros e Diniz). O trabalho demonstra que a justiça distributiva foi positivada como núcleo da ordem social brasileira, especialmente no campo da seguridade, mas enfrenta crescente tensão diante da adoção de paradigmas seletivos de equidade, como a focalização de benefícios. Conclui-se que a efetividade da justiça distributiva no Brasil demanda a reafirmação de seu caráter normativo, com políticas públicas universais e integradas à lógica constitucional do Estado Social, sob pena de esvaziamento do pacto democrático de 1988.

**Palavras-chave:** Justiça Distributiva. Seguridade Social. Constituição de 1988. Direitos Sociais. Equidade.

## ABSTRACT

This article investigates the extent to which distributive justice constitutes a binding normative principle in the structure of Brazilian social security, in light of the 1988 Constitution. The research starts from the premise that social rights are not mere programmatic promises, but legal obligations structured around values such as material equality, solidarity, and human dignity. Based on a theoretical-dogmatic and hermeneutic approach, the study articulates philosophical (Fleischacker), constitutional (Hesse), and dogmatic (Balera) foundations, as well as empirical data and critical analyses of contemporary social policies (Medeiros and Diniz). The work demonstrates that distributive justice has been established as the core of the Brazilian social order, especially in the field of social security, but faces growing tension in the face of the adoption of selective paradigms of equity, such as the targeting of benefits. It concludes that the effectiveness of distributive justice in Brazil requires the reaffirmation of its normative character, with universal public policies integrated into the constitutional logic of the welfare state, under penalty of undermining the 1988 democratic pact.

**Keywords:** Distributive Justice. Social Security. Constitution. Social Rights. Equity.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 instituiu, no Brasil, um modelo de Estado Social comprometido com a realização da justiça social e com a promoção de condições materiais mínimas para a dignidade humana. A criação do sistema de seguridade social — abrangendo saúde, previdência e assistência social — representa um dos principais instrumentos dessa arquitetura constitucional distributiva. No entanto, a efetividade desses direitos tem sido sistematicamente tensionada por crises fiscais, reformas institucionais e disputas sobre os critérios de alocação de recursos públicos. Nesse contexto, torna-se fundamental examinar os fundamentos normativos que sustentam a seguridade social brasileira, especialmente à luz do princípio da justiça distributiva.

Longe de se tratar de um ideal ético desvinculado da realidade jurídica, a justiça distributiva passou, com o constitucionalismo contemporâneo, a integrar o núcleo normativo das constituições sociais. Como demonstram autores, como Samuel Fleischacker, a noção moderna de justiça distributiva rompe com a concepção aristotélica de mérito e passa a vincular o Estado à promoção de igualdade material e combate à exclusão. No Brasil, esse deslocamento está evidente na Constituição de 1988, que estabelece objetivos, tais como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), e reconhece o primado do trabalho e a justiça social como fundamentos da ordem social (art. 193).

Contudo, a concretização desses objetivos constitucionais depende não apenas da existência de normas principiológicas, mas da compreensão de sua força normativa, conforme propõe Konrad Hesse. Segundo o jurista alemão, os princípios constitucionais não são meras declarações programáticas; são comandos vinculantes que estruturam a ação estatal. Essa perspectiva torna-se essencial diante da crescente adoção de políticas públicas baseadas em paradigmas seletivos e focalizados, como demonstram os estudos de Marcelo Medeiros e Débora Diniz, que evidenciam a tensão entre os princípios de equidade e universalidade na prática da seguridade social brasileira.

Diante disso, o presente trabalho propõe-se a analisar em que medida a justiça distributiva constitui um fundamento normativo do sistema de seguridade social brasileiro, examinando seu enraizamento constitucional e os desafios práticos impostos pelos paradigmas contemporâneos de equidade. Busca-se, assim, articular a dimensão filosófica do conceito de justiça distributiva com a estrutura normativa da Constituição de 1988 e com as escolhas institucionais que afetam a efetividade dos direitos sociais. A investigação se

justifica pela necessidade de compreender se a justiça distributiva, no Brasil, opera como um imperativo constitucional vinculante ou se permanece como retórica institucional diante de um cenário de desigualdades persistentes e seletividade orçamentária.

Essa indagação torna-se ainda mais relevante quando se considera a centralidade que a justiça distributiva assume no desenho constitucional de 1988, justamente em um contexto histórico marcado por desigualdades profundas e estruturalmente arraigadas. A tensão entre os objetivos constitucionais de justiça social e as escolhas políticas e fiscais contemporâneas exige uma análise crítica sobre a efetividade dos direitos sociais, especialmente no que se refere à possibilidade de se considerar a justiça distributiva como um princípio jurídico vinculante — e não apenas como diretriz ética ou meta política.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com efeito, a Constituição de 1988 não apenas consagrou a seguridade social como eixo estruturante da ordem social brasileira, mas o fez a partir de compromissos explícitos com a redução das desigualdades, a justiça social e o primado do trabalho. Tais compromissos, contudo, encontram-se sob constante ameaça diante da adoção de paradigmas de equidade seletiva, da judicialização fragmentária das políticas sociais e da crescente restrição orçamentária institucionalizada. Nesse cenário, refletir sobre a natureza e o peso normativo da justiça distributiva permite lançar luz sobre o alcance constitucional da seguridade social e sobre os limites jurídicos da atuação estatal.

Nesse contexto, a presente pesquisa se justifica não apenas por sua relevância teórica, como também por sua aderência aos debates centrais sobre a efetivação dos direitos sociais no Brasil. Isso se evidencia na investigação dos fundamentos filosófico-jurídicos da seguridade social sob uma ótica constitucional; no aprofundamento do estudo sobre os princípios que orientam a proteção social – como equidade, universalidade, seletividade e justiça social; e na articulação entre teoria e prática, ao examinar as tensões existentes entre a normatividade constitucional e os modelos adotados para a implementação de políticas públicas.

Trata-se, portanto, de uma proposta coerente com os desafios contemporâneos da proteção social, oferecendo uma contribuição analítica que vai além da mera descrição normativa. Busca-se promover uma reflexão crítica sobre a concretização dos objetivos constitucionais em matéria de seguridade social, a partir de uma abordagem metodológica voltada à análise da normatividade constitucional em sua relação com a justiça distributiva.

Com isso, pretende-se compreender como tais princípios se estruturam no ordenamento jurídico brasileiro e influenciam a formulação e a execução das políticas sociais.

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa, com abordagem teórico-dogmática e enfoque hermenêutico-constitucional. Parte-se da premissa de que os princípios e valores constitucionais, em especial aqueles relacionados à justiça social, possuem densidade normativa suficiente para orientar a interpretação e a aplicação concreta das normas relativas à seguridade social. O método consiste na análise crítica de dispositivos da Constituição Federal de 1988, à luz da doutrina especializada e de marcos filosóficos sobre a justiça distributiva, com o objetivo de compreender a extensão normativa e institucional do princípio distributivo na estrutura do Estado social brasileiro.

A investigação ancora-se em revisão bibliográfica rigorosa, reunindo contribuições de autores clássicos e contemporâneos. Samuel Fleischacker é mobilizado para oferecer os fundamentos filosóficos da justiça distributiva, destacando sua transição histórica de uma concepção moral individual para um dever institucional do Estado moderno. Konrad Hesse contribui com sua teoria da força normativa da constituição, essencial para afirmar que os princípios constitucionais – mesmo os de natureza aberta ou programática – impõem vinculações jurídicas efetivas aos poderes públicos. A análise de Wagner Balera fornece o vínculo dogmático entre justiça distributiva e o sistema de seguridade social brasileiro, permitindo compreender como a ordem constitucional de 1988 incorpora tais valores à sua arquitetura jurídica. Por fim, os estudos de Marcelo Medeiros e Débora Diniz contribuem para a compreensão dos modelos distributivos em disputa na formulação e implementação das políticas sociais brasileiras, especialmente no que tange à tensão entre universalismo e focalização.

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em três seções principais. A primeira aborda os fundamentos filosóficos da justiça distributiva, examinando suas origens e transformações até seu reconhecimento como responsabilidade pública do Estado. Em seguida, a segunda seção discute a normatividade da justiça distributiva na Constituição de 1988, analisando os dispositivos constitucionais que consagram a justiça social, a dignidade da pessoa humana e a seguridade social como pilares do modelo brasileiro, com base em Hesse e Balera. A terceira e última seção examina os paradigmas contemporâneos de equidade e seus impactos na efetividade da justiça distributiva no Brasil, com apoio nas reflexões de Medeiros e Diniz, buscando identificar em que medida as opções político-institucionais atuais têm fortalecido ou enfraquecido o cumprimento dos objetivos distributivos constitucionais.

Essa organização visa garantir coesão interna, profundidade analítica e aderência aos objetivos da disciplina “Efetividade dos Direitos da Seguridade Social”, proporcionando uma reflexão crítica e normativamente consistente sobre os desafios da concretização da justiça distributiva no contexto brasileiro.

## **2.1 Fundamentos Filosóficos da Justiça Distributiva: Da Virtude Moral à Responsabilidade Pública**

A compreensão contemporânea da justiça distributiva como princípio normativo do Estado é fruto de uma longa transformação conceitual e histórica. Conforme observa Samuel Fleischacker (2006), a justiça distributiva, nas origens do pensamento filosófico ocidental, não era concebida como uma exigência do poder público, mas como uma virtude individual, orientada por critérios de mérito, honra ou reciprocidade. Em Aristóteles, por exemplo, a distribuição justa dizia respeito à adequada proporção entre o valor do indivíduo e os bens ou honrarias que lhe eram concedidos, sendo estruturada por uma lógica essencialmente hierárquica e não igualitária (FLEISCHACKER, 2006, p. 17).

Esse paradigma começa a ser transformado com o surgimento da filosofia moderna e do Estado liberal, principalmente a partir dos debates contratualistas. Todavia, é apenas com autores, como Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant que se delineia uma transição mais consistente: a justiça distributiva passa a ser pensada como parte de um projeto institucional de construção de uma sociedade justa, em que os bens primários – como renda, saúde, educação e oportunidades – devem ser repartidos não com base na honra ou no mérito, mas na garantia da liberdade e da igualdade dos cidadãos (FLEISCHACKER, 2006, p. 22).

O marco decisivo desse deslocamento é a modernidade política, que atribui ao Estado a responsabilidade ativa pela regulação das desigualdades econômicas e sociais. Fleischacker (2006) argumenta que, embora no liberalismo clássico ainda houvesse forte resistência à ideia de intervenção distributiva estatal, o surgimento dos Estados sociais, no século XX, consolidou a compreensão de que a justiça distributiva exige mecanismos institucionais permanentes de redistribuição de recursos e de correção das assimetrias estruturais. Nesse novo arranjo, a pobreza deixa de ser vista como um fracasso moral ou individual, passando a ser tratada como um problema público cuja solução é de responsabilidade coletiva.

Esse movimento, que desloca a justiça distributiva do plano da moralidade privada para o campo do direito público, tem implicações decisivas para a interpretação constitucional contemporânea. O princípio da justiça distributiva, nesse novo cenário, deixa de ser uma

virtude ideal e abstrata, assumindo a forma de um compromisso normativo vinculante que estrutura os fundamentos do Estado Social. Nesse sentido, a concepção moderna de justiça distributiva – tal como apresentada por Fleischacker – permite compreender a constitucionalização dos direitos sociais e da seguridade social não como concessões generosas ou meramente políticas, mas como obrigações jurídicas derivadas de princípios ético-políticos positivados.

Essa transição conceitual fornece o alicerce teórico para a leitura da Constituição Federal de 1988 sob uma ótica distributiva. Ao consagrar, já em seu art. 3º, que um dos objetivos fundamentais da República é a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais, o constituinte brasileiro inscreve no texto constitucional a matriz moderna da justiça distributiva, tal como delineada por Fleischacker. A seguridade social, nesse contexto, passa a ser compreendida como instrumento jurídico-normativo de justiça distributiva institucionalizada, com implicações diretas na formulação de políticas públicas e no dever de ação dos poderes públicos.

Conclui-se, portanto, que a justiça distributiva, ao migrar da esfera filosófica para a constitucional, transforma-se em princípio jurídico estruturante do Estado contemporâneo. Sua trajetória histórica legitima a interpretação de que a ordem constitucional brasileira – em especial após 1988 – não apenas comporta, mas exige, uma atuação estatal pautada por critérios de equidade, universalidade e solidariedade social. A partir dessa base teórica, é possível avançar para a análise da normatividade constitucional da justiça distributiva, examinando como esse princípio se manifesta no texto constitucional brasileiro e quais os seus efeitos sobre a efetividade dos direitos sociais.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A Força Normativa da Justiça Distributiva na Constituição de 1988**

A consolidação da justiça distributiva como princípio normativo na ordem constitucional brasileira de 1988 exige não apenas a identificação de suas manifestações textuais, mas também a compreensão da natureza jurídica dos princípios constitucionais e de sua eficácia vinculante. Nesse aspecto, a teoria da força normativa da Constituição, formulada por Konrad Hesse, oferece um arcabouço dogmático essencial para afirmar que a justiça distributiva não é mera diretriz política, mas sim fundamento jurídico da atuação estatal.

Hesse (1991) sustenta que a Constituição não deve ser reduzida a um programa ideal ou a um repositório simbólico de valores. Ao contrário, ela possui força normativa própria, capaz de conformar a realidade jurídica, política e social, desde que haja, por parte dos poderes constituídos e da sociedade, a efetiva "vontade de constituição" (*Wille zur Verfassung*). Essa força normativa se aplica também às normas de conteúdo principiológico, que embora dotadas de abstração, operam como critérios vinculantes de interpretação e de conformação de condutas e políticas públicas. A distinção entre normas meramente programáticas e normas de eficácia plena, portanto, não pode ser utilizada como fundamento para relativizar a imperatividade dos princípios constitucionais fundamentais – como é o caso da justiça social e da redução das desigualdades.

A Constituição de 1988, sob forte influência do modelo do Estado Social e da tradição do constitucionalismo pós-1945, positivou expressamente o compromisso com a justiça distributiva, ao estabelecer, no art. 3º, III, como objetivo fundamental da República a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Além disso, o art. 193 declara que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Esses dispositivos não são meras proclamações retóricas: eles compõem o núcleo normativo da ordem constitucional e impõem ao Estado obrigações concretas e contínuas de proteção, promoção e inclusão social.

Nesse sentido, a leitura sistemática dos arts. 1º, 3º, 6º, 170, 193 e 194 revela que a justiça distributiva constitui não apenas um valor orientador, e sim uma categoria jurídica operativa, que exige do Estado a formulação de políticas públicas universais, solidárias e articuladas com os fundamentos da ordem social. O artigo 194, por sua vez, detalha os princípios que regem a seguridade social – como a universalidade da cobertura, a equidade no custeio e a seletividade na prestação – e confere densidade normativa à arquitetura institucional da proteção social.

Esse entendimento é corroborado por Wagner Balera, ao analisar a ordem social constitucional brasileira e, particularmente, o sistema de seguridade social. Segundo o autor, a seguridade é concebida como instrumento técnico-jurídico de justiça social e seu fundamento é a própria dignidade da pessoa humana, princípio estruturante da Constituição (BALERA, 2010). Para Balera, a Constituição de 1988 inaugura uma nova lógica no Direito Previdenciário e nas políticas públicas sociais: trata-se de substituir uma visão meramente contributiva e restritiva por uma concepção distributiva e garantidora de mínimos existenciais. A seguridade, desse modo, não é acessória nem condicional – ela é núcleo essencial da ordem constitucional.

Ainda segundo Balera (2010), o art. 193 da Constituição representa uma virada paradigmática, ao estabelecer que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Essa norma, combinada com os princípios constantes do art. 194 – como a universalidade da cobertura, a equidade no custeio e a seletividade na prestação – traduzem, em linguagem jurídica, os fundamentos da justiça distributiva. Assim, o Estado brasileiro, por força do texto constitucional, não apenas pode, mas deve implementar políticas públicas que assegurem proteção contra os riscos sociais, correção de desigualdades e acesso equitativo à seguridade.

Complementarmente, conforme destaca Raul Lopes (2023), a justiça social, o bem-estar e o primado do trabalho não devem ser compreendidos isoladamente, e sim como eixos estruturantes da ordem social que funcionam de forma interdependente na realização dos direitos da seguridade social. A análise integrada desses elementos permite compreender a Constituição de 1988 como um projeto normativo voltado à transformação social e à correção das desigualdades, sendo a justiça distributiva a chave hermenêutica para sua implementação.

Essa leitura normativa permite sustentar que a justiça distributiva, ao ser incorporada aos objetivos e princípios fundamentais da Constituição, adquire natureza vinculante. O Estado está juridicamente obrigado a estruturá-la em suas ações legislativas, administrativas e orçamentárias. A inércia estatal diante da desigualdade, ou a adoção de políticas regressivas sob o pretexto de contenção fiscal, deve ser interpretada como descumprimento de preceitos constitucionais fundamentais. Conforme o alerta de Hesse (1991, p. 14), a força normativa da Constituição se perde quando se admite que seus comandos fundamentais sejam negligenciados sob justificativas políticas contingentes.

Dessa forma, a partir da doutrina de Hesse, Balera e Raul Lopes, compreende-se que a justiça distributiva na Constituição de 1988 não opera como enunciado programático, mas como princípio normativo estruturante do Estado social brasileiro, cuja concretização é condição para a legitimidade das políticas públicas e das decisões de governo. O próximo passo da análise, portanto, será examinar os desafios concretos à efetividade desse princípio, especialmente diante dos paradigmas contemporâneos de equidade seletiva nas políticas sociais.

### 3.2 Paradigmas Contemporâneos de Equidade e os Desafios à Efetividade da Justiça Distributiva

Apesar da densidade normativa atribuída à justiça distributiva pela Constituição de 1988, conforme demonstrado na seção anterior, sua efetivação no âmbito das políticas públicas permanece marcada por tensões estruturais e contradições conceituais. A consagração constitucional da justiça social, da universalidade da seguridade e da redução das desigualdades não tem sido suficiente, por si só, para impedir que modelos seletivos e pragmáticos de equidade passem a orientar grande parte das ações estatais no campo social.

Essa dissociação entre o texto constitucional e a prática administrativa torna-se evidente na formulação e implementação de políticas sociais que, embora frequentemente legitimadas por argumentos de racionalidade econômica ou de eficiência gerencial, fragilizam os compromissos constitucionais com a igualdade material. Nesse cenário, os paradigmas contemporâneos de equidade – em especial aqueles baseados na focalização e na seletividade – ocupam posição central nos dilemas relacionados à concretização da justiça distributiva como valor normativo vinculante do Estado social brasileiro.

A esse respeito, os estudos de Marcelo Medeiros e Débora Diniz (2011) oferecem uma importante chave analítica. Os autores identificam e classificam os principais paradigmas de justiça distributiva que moldam a estrutura das políticas sociais: o paradigma da igualdade, que sustenta políticas universalistas, e o da equidade, que justifica a focalização de benefícios a partir de critérios seletivos baseados na vulnerabilidade. Ambos os modelos se apresentam como respostas legítimas à exigência constitucional de justiça social, porém possuem implicações normativas, operacionais e políticas substancialmente distintas.

No paradigma da equidade, prevalecente nas reformas sociais brasileiras desde os anos 1990, a lógica distributiva prioriza a identificação de grupos mais vulneráveis, com o objetivo de concentrar neles os recursos públicos disponíveis. Tal modelo é sustentado, muitas vezes, por argumentos pragmáticos relacionados à limitação fiscal do Estado. No entanto, como alertam Medeiros e Diniz (2011), esse enfoque pode produzir efeitos contraditórios: ao restringir a abrangência das políticas, cria-se uma hierarquização das necessidades sociais e reforça-se o estigma da pobreza, deslocando a proteção social de um direito universal para uma concessão assistencialista.

Além disso, a focalização frequentemente ignora as múltiplas dimensões da desigualdade e as barreiras de acesso aos serviços públicos, perpetuando exclusões e distorções distributivas. Na perspectiva da Constituição de 1988, que afirma a universalidade

da seguridade social (art. 194, parágrafo único, inciso I) e o primado da justiça social como objetivo da ordem social (art. 193), essas práticas seletivas e restritivas suscitam sérios questionamentos quanto à sua compatibilidade com os princípios constitucionais.

Nesse ponto, é importante destacar que, no contexto jurídico, a justiça como equidade impõe uma responsabilidade tanto ao Estado quanto ao Poder Judiciário: promover a igualdade material e assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso efetivo aos direitos e às oportunidades necessárias para uma vida digna. Ingo Wolfgang Sarlet, ao discutir a natureza dos direitos fundamentais, afirma que esses não se limitam a declarações normativas abstratas, mas constituem mandados de otimização, exigindo prestações positivas do Estado voltadas à redução das desigualdades e à realização do bem-estar social (SARLET, 2004). Dessa forma, a concepção de justiça como equidade impõe ao Direito a tarefa de criar condições jurídicas, institucionais e materiais para que os indivíduos possam superar os obstáculos que os impedem de exercer plenamente seus direitos e liberdades.

A tensão entre os modelos distributivos é ainda mais sensível quando se observa a judicialização crescente dos direitos sociais, especialmente da saúde e da assistência. A seletividade estatal na provisão de bens essenciais, combinada à ineficiência administrativa e ao subfinanciamento crônico, tem levado ao deslocamento das disputas distributivas para o Poder Judiciário, que passa a arbitrar, caso a caso, a efetivação de prestações estatais mínimas. Tal fenômeno, embora assegure respostas pontuais, não substitui o dever político-constitucional de formulação de políticas públicas universalizantes e solidárias.

Medeiros e Diniz (2011) também destacam que os paradigmas de equidade, quando aplicados de forma descontextualizada, desconsideram o papel estruturante da justiça distributiva enquanto compromisso constitucional. Assim, não se trata de rejeitar completamente a ideia de equidade, mas de recolocá-la nos termos da Constituição, que exige distribuições orientadas pela dignidade, pela solidariedade e pela correção das desigualdades estruturais – valores que superam o critério estreito da vulnerabilidade individual ou do déficit orçamentário.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os obstáculos à efetividade da justiça distributiva no Brasil não derivam apenas de carências técnicas ou financeiras, mas de concepções reducionistas da política social que dissociam a gestão pública dos fundamentos constitucionais que a legitimam. Em última instância, o desafio da efetividade passa por reafirmar a justiça distributiva como parâmetro normativo da ação estatal, vinculando os

gestores públicos, os formuladores de políticas e os julgadores à plena realização dos objetivos constitucionais de justiça social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a justiça distributiva, historicamente concebida como virtude moral, foi progressivamente alçada à condição de princípio normativo de natureza pública e institucional, especialmente a partir do surgimento do Estado Social. Esse deslocamento conceitual, analisado a partir das contribuições filosóficas de Samuel Fleischacker, encontra respaldo e concretude no constitucionalismo brasileiro de 1988, que incorporou a justiça social e a redução das desigualdades como objetivos fundamentais da República, e estruturou a seguridade social como seu principal instrumento jurídico.

Ao adotar a justiça distributiva como um valor normativo, a Constituição de 1988 não apenas reconhece a existência de desigualdades sociais e regionais, mas impõe ao Estado a responsabilidade ativa de corrigi-las por meio de políticas públicas estruturadas, universais e solidárias. Essa normatividade, como demonstrado a partir de Konrad Hesse, não é simbólica nem meramente programática: ela possui densidade jurídica suficiente para vincular os poderes públicos e condicionar a legitimidade das decisões estatais. O ordenamento constitucional brasileiro, portanto, impõe ao legislador, ao administrador e ao juiz a obrigação de considerar a justiça distributiva como parâmetro material de suas condutas, sobretudo na esfera da seguridade social.

Contudo, a realidade institucional revela a existência de um descompasso entre esse comando normativo e a prática concreta das políticas públicas. Os estudos de Marcelo Medeiros e Débora Diniz evidenciam que os paradigmas de equidade – notadamente o da focalização – vêm prevalecendo no desenho das políticas sociais brasileiras, sob a justificativa da limitação orçamentária e da eficiência distributiva. Embora esses paradigmas sejam, em alguma medida, compatíveis com a busca por justiça social, sua adoção acrítica, desvinculada do horizonte constitucional mais amplo, tem gerado restrições no acesso a direitos fundamentais, aprofundado estigmas sociais e comprometido o princípio da universalidade.

O resultado é um paradoxo distributivo: quanto mais a Constituição afirma a obrigação do Estado em corrigir desigualdades e promover o bem-estar coletivo, mais as escolhas políticas e fiscais caminham em direção oposta, priorizando lógicas seletivas, segmentadas e condicionais. Esse descompasso não é neutro nem inevitável. Ele decorre da captura do

discurso técnico por interesses econômicos e da progressiva normalização de um Estado mínimo no campo social, o que transforma a justiça distributiva em retórica esvaziada de efetividade prática.

Assim, mais do que um déficit de gestão ou de recursos, o que se observa é um déficit de constitucionalidade. Ao reduzir a justiça distributiva a critério técnico de alocação, ignora-se sua dimensão constitucional vinculante e sua natureza política como fundamento do pacto democrático. A ordem social delineada pela Constituição de 1988 exige mais do que políticas assistenciais fragmentadas; exige uma atuação estatal orientada por um compromisso permanente com a igualdade substantiva, com a dignidade humana e com a integração social de todos.

Diante desse quadro, a reafirmação da justiça distributiva como princípio normativo não deve ser encarada como exercício meramente teórico, mas como tarefa crítica e transformadora da dogmática jurídica contemporânea. Isso implica reinterpretar a Constituição à luz de sua força normativa plena, exigir do Estado a máxima efetividade das normas que estruturam a seguridade social e rejeitar soluções que, embora revestidas de tecnicidade, aprofundam a desigualdade estrutural e rompem com o projeto constitucional de justiça social.

A justiça distributiva, portanto, não é um enunciado decorativo. Ela é cláusula de legitimidade das instituições democráticas e condição para que a Constituição de 1988 cumpra sua promessa histórica: a de ser não apenas um texto normativo, mas uma plataforma efetiva de emancipação e integração social, capaz de romper com os ciclos de exclusão que marcam o Brasil desde suas origens.

## REFERÊNCIAS

BALERA, W. **Noções preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 maio 2025.

FLEISCHACKER, S. **Uma breve história da justiça distributiva**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HESSE, K. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1991.

LOPES, R. Os objetivos da ordem social como parâmetros para efetividade dos direitos da seguridade social. In: CONPEDI. **Anais do VI Encontro Virtual do CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2023.

MEDEIROS, M; DINIZ, D. Paradigmas de justiça distributiva em políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 25–36, fev. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100003>. Acesso em: [inserir data de acesso].

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

A. C. C. SANTOS, R. L. ARAÚJO NETO. A Justiça Distributiva como Fundamento Normativo da Seguridade Social Brasileira: Constituição de 1988, Paradigmas de Equidade e Desafios de Efetividade. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 8, art. 5, p. 82-95, ago. 2025.

Contribuição dos Autores	A. C. C. Santos	R. L. Araújo Neto
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X